

## A C Ó R D ã O Nº 9.069

**NATUREZA DO FEITO:** Processo nº 16.111.2012-60-TCE  
**ASSUNTO:** Prestação de Contas da Câmara Municipal de Jordão, exercício de 2011.  
**RESPONSÁVEL:** Senhor **Francisco Alves Guimarães**  
**RELATOR:** Conselheiro **Antonio Cristovão Correia de Messias**

Prestação de Contas. Câmara Municipal. Pagamento indevido de despesas com hospedagem cumuladas com diárias e aquisição de combustível sem a realização de licitação ou processo de contratação direta. Irregularidade. Condenação. Devolução. Aplicação de multa. Remessa do apurado ao Ministério Público Estadual. Notificação do atual Presidente da Mesa Diretora.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1) considerar irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Jordão, exercício orçamentário e financeiro de 2011, de responsabilidade do Senhor **Francisco Alves Guimarães**, Presidente da Mesa Diretora à época, com fundamento nas alíneas “b” e “c”, do inciso III, do artigo 51 da Lei Complementar Estadual nº 38/93, em face de a análise técnica ter apurado o pagamento indevido de despesas com hospedagem cumuladas com diárias e aquisição de combustível sem a realização de licitação ou processo de contratação direta (fls. 154 a 160); **2) condenar** o Senhor **Francisco Alves Guimarães** a devolver aos cofres do Tesouro Municipal de Jordão, no **prazo de 30 (trinta) dias**, devidamente atualizado nos termos do art. 54, *caput* da LCE nº 38/1993, o montante de **R\$ 2.512,00** (dois mil, quinhentos e doze reais), gasto, indevidamente, com o pagamento de hospedagem, conforme apurado pela 2ª IGCE (FLS. 112/114 e 158/159); **3) aplicar multa**, com fundamento no inciso II, do art. 89, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, ao Senhor **Francisco Alves Guimarães**, no valor equivalente a 500 (quinhentas) UPF's (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Acre), consoante previsto no inciso II, do art. 139, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, que perfaz o valor de **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais), a ser recolhida em favor do Tesouro do Estado do Acre, no **prazo de 30 (trinta) dias**, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas, em razão das irregularidades mencionadas no **item 1** desta decisão; **4) remeter** o apurado ao Ministério Público Estadual, para conhecimento e adoção das medidas que entender cabíveis; e **5) notificar** o atual Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Jordão, para tomar ciência do apurado, a fim de que as impropriedades apuradas não se repitam nas futuras edições da matéria. Após as formalidades de estilo, pelo

**(A C Ó R D Ã O Nº 9.069 – FL. 02 de 02)**

**arquivamento** dos autos. Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro.

**Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre**

**Rio Branco – Acre, 06 de novembro de 2014**

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**  
Presidente do TCE/AC

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**  
Relator

Fui presente:

**ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA**  
Procuradora-Chefe do MPE/TCE/AC